



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS

Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ

Relato da 14ª Reunião do GT Mercúrio

Data: 08 e 09 de agosto de 2017

Local: Sala CT-01, Ministério do Meio Ambiente – Bloco “B”, SEPN 505, Brasília / DF.

Participantes: Lista de presença anexa (Anexo 1)

Coordenação: Letícia Reis de Carvalho

Relatoria: Ministério do Meio Ambiente.

Primeiro dia, 08 de agosto de 2017

Abertura – Boas Vindas

Representando o MMA, a Sra. Zilda Veloso, Diretora de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, pediu desculpas pela ausência do Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Jair Tannus, que anteriormente estava previsto para vir. Falou da satisfação em estar presente para comemorar a ratificação da Convenção de Minamata (CM). Parabenizou a equipe da Coordenação Geral de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos pelo trabalho e empenho que culminaram na assinatura do documento pelo Presidente em 29 de julho de 2017. A Coordenadora Geral de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, do MMA (CQGAR), e Coordenadora do GT Mercúrio, Letícia Reis de Carvalho agradeceu o trabalho de todos os membros do GT Mercúrio. Detalhou o processo de Ratificação, indicando que esse tramitou por mais de dois anos e meio no Congresso e justificou a demora da tramitação em função de turbulências políticas.

Renovação do Mandato do GT-Hg e Aprovação da Memória da Última Reunião

A Sra. Letícia Carvalho informou ao grupo sobre a necessidade de renovação do mandato do GT Mercúrio. Explicou que conforme o Termo de Referência aprovado na Comissão de Segurança Química (CONASQ) a vigência do GT se encerra com a entrada do vigor da CM. Assim, a intenção da CQGAR é propor que o GT não exista em caráter interino, mas sim permanente, para auxiliar na coordenação da implementação da CM no país. Indicou ainda que a definição do mandato GT deverá ser aprovado pela CONASQ.

A Coordenadora passou ainda os informes gerais, descreveu a pauta e submeteu para aprovação dos membros do grupo, que a aprovaram sem objeções. Solicitou ainda a aprovação da memória da 13ª reunião GT Mercúrio, realizada em 31 de maio de 2016. Comentou que a demora entre as reuniões se deu em função do longo tempo de tramitação do processo de ratificação no Congresso, bem como por particularidades nos sistemas da ONU/PNUMA, de onde vem os recursos financeiros para execução das atividades do Projeto “Desenvolvimento da Avaliação Inicial da Convenção de Minamata no Brasil” – Projeto MIA - que ocasionaram atrasos no cronograma inicial do Projeto.

A memória da última reunião já havia sido anteriormente enviada para os componentes do GT e a mesma foi aprovada conforme contribuições recebidas.

Passou ainda informes gerais sobre a Primeira Conferência das Partes (COP 1) da Convenção de Minamata, a acontecer de 24 a 29 de setembro, em Genebra, Suíça.

Informes sobre a Ratificação da Convenção e Depósito do Instrumento assinado na ONU

O Sr. Pedro Tiê, representante do Ministério de Relações Exteriores, apresentou atualizações do processo da ratificação da CM. Informou que o Presidente assinou o documento em 29 de julho de 2017, sendo que a cópia digital já havia sido enviada à ONU e a versão original estava em trânsito, e que o depósito formal poderia demorar ainda até cinco dias úteis.

(No segundo dia de reunião recebemos a confirmação de que o instrumento de ratificação da Convenção havia sido depositado na ONU em 08 de agosto de 2017).

Lembrou que, infelizmente, o Brasil perdeu o prazo para participar como Parte plena na COP1, assim o Brasil não teria direito a voto. Comentou que acredita que para essa COP isso, na prática, não haverá prejuízos uma vez que, por haver muitos países na mesma situação do Brasil, o Secretariado da Convenção optou por formar um Committee of the Whole (Comitê de Todos) para subsidiar as decisões da COP1. Nesse formato, Partes e não Partes poderão discutir de forma igual.

Descreveu os quatro temas pendentes que serão foco das discussões em Genebra: (1) mecanismo financeiro: GEF (*Global Environment Facility*) e SIP (*Specific International Program*); (2) avaliação para relatoria; (3) orçamento e plano de trabalho; e (4) temas técnicos não consensuais. Por fim, está também em aberto um quinto tema que é a definição da sede permanente do Secretariado.

Surgiram algumas dúvidas sobre o item (1). Com relação a estes mecanismos, a Sra. Letícia Carvalho esclareceu que o SIP, juntamente com o GEF, é um componente formal do mecanismo financeiro da CM, sendo que este é destinado às ações de capacitação e assistência técnica; já o GEF irá financiar projetos de acordo como as obrigações previstas na CM.

O Sr. Pedro Tiê complementou ainda que as próximas reuniões do GEF 7 acontecerão em outubro e em janeiro, sendo a última prevista para ocorrer no Brasil. Indicou que existem discussões sobre o aumento das contribuições do Brasil para o GEF e redução de acesso a recursos em função do desenvolvimento da economia do país.

Sobre o item (2), a Sra. Zuleica Nyck, representante da FBOMS, apresentou o posicionamento das ONGs sobre o tema. Indicou que o setor não concorda com a sugestão de relatoria de 4 em 4 anos, ressaltando que a intenção do tratado é de controlar o comércio, banir usos, reduzir emissões. Acredita ainda que deve haver limite de teor de mercúrio determinado para os resíduos contaminados com mercúrio, resíduos de mercúrio ou que contenham mercúrio. Complementarmente, indicou que as ONGs recomendam que seja criado um grupo de experts para tratar desse assunto, sendo que o mesmo deve prever a participação da sociedade civil.

Apresentação do Projeto Diagnósticos do Plano de Ação Nacional (PAN) de Mineração de Ouro Artesanal em Pequena Escala (META)

A Sra. Dione Macedo, representante do Ministério de Minas e Energia, apresentou as linhas gerais do Projeto META e Projeto PAN. Ressaltou as dificuldades iniciais para execução do Projeto META junto ao Banco Mundial. Informou que o término do Projeto META está previsto para outubro de 2017. Observou que dos oito produtos previstos, um já foi concluído e que até o fim de agosto mais quatro produtos serão analisados.

De acordo com informações iniciais do Projeto META, constata-se que 80% da mineração de ouro é realizada em grande escala (5% do número de empresas) enquanto que 20% é executada por micro, pequena e média escala, onde está incluso a mineração artesanal (representam 95% em número de empresas).

Foram visitadas 34 unidades produtoras em diferentes estados (AP 3, MS 1, MT 15, PA 11, RO 3, TO 1) a fim de estudar os processos de tratamento do ouro, sendo identificadas práticas de amalgamação com mercúrio e cianetação.

Informou que o Projeto PAN está em fase de negociações internas no MME.

A Sra. Thais Araújo Cavendish, representante do Ministério da Saúde, comentou sobre a importância do Projeto META para auxiliar na definição da agenda do setor saúde para a mineração artesanal. Ressaltou que o governo tem que se fazer presente para garantir o fornecimento dos serviços de saúde para os garimpeiros. Complementarmente, indicou que a Organização Mundial da Saúde desencoraja a substituição do mercúrio pelo cianeto devido a sua alta periculosidade.

O Sr. Diego Pereira, analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente, indicou que a equipe técnica do MMA está à disposição para contribuir com o Projeto META, e destacou que o uso do cianeto não é a técnica de substituição ideal à amalgamação com mercúrio, pois a mesma apresenta riscos ambientais consideráveis.

Ainda sobre a mineração de ouro em pequena escala, a Sra. Sandra Hacon, representante da FIOCRUZ, comentou sobre a expansão da mineração artesanal na Amazônia. Novas áreas de garimpo estão sendo abertas e muitas utilizam ambas as práticas; mercúrio e cianeto. Sugere convite à Associação dos Garimpeiros na Amazônia para as reuniões do GT. Lembrou que os estados de Rondônia e Pará são *hotspots* da atividade.

Apresentação do Estudo sobre o Impacto do Mercúrio à Saúde humana

Apresentado pela Sra. Sandra Hacon, representante da FIOCRUZ com complementação do Sr. Décio Yokota. Compartilharam que o estudo detectou aumento da concentração de mercúrio nos peixes, porém redução na população. Um dos motivos seria a mudança da dieta das populações locais, possivelmente corroborada pelo acesso ao programa bolsa família. Mencionaram o foco regional do IEPE (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena). Descreveram que alguns indígenas estão garimpando ouro acompanhados de seus bebês e a constatação de que muitas crianças estão com concentrações de mercúrio no organismo mais elevadas que adultos.

Lembrou ainda que o estudo também busca desenvolver capacitação de instituições locais.

A Sra. Ana Cristina Linhares, representante do IBAMA, complementou relatando as dificuldades do IBAMA nas fiscalizações e monitoramentos nessas áreas remotas. A Sra. Letícia Carvalho, elogiou os trabalhos e comentou que o convite para a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) foi feito, mas infelizmente nenhum representante pôde vir.

Apresentação da Proposta de Projeto “Cetáceos e a Saúde dos Oceanos”

A apresentação foi feita pela Sra. Marcia Engel, representando o Instituto Baleia Jubarte. Descreveu que os cetáceos têm características fisiológicas que contribuem para a acumulação de compostos lipofílicos (como o metil mercúrio). Comentou que a proposta busca promover a saúde do

ecossistema marinho, usando os cetáceos como bio-indicadores, fortalecer a capacidade dos países da América Latina e definir valor de concentração base de mercúrio no ambiente marinho.

Alguns países já mostraram interesse em participar do Projeto - Uruguai, Chile e o Peru. Além disso, existem países que estão participando das discussões e que podem se juntar futuramente à proposta de Projeto: Brasil, Argentina e Colômbia.

A Sra. Letícia Carvalho agradeceu a apresentação e reforçou que essa proposta se encaixa nos marcos da Convenção de Minamata.

Apresentação do Panorama Geral do Projeto MIA

O Sr. Diego Pereira, analista ambiental do MMA, apresentou a visão geral do Projeto para atualizar os participantes da reunião sobre o status de cada atividade do projeto. Relatou sobre as contratações de consultorias no âmbito do Projeto e detalhou os próximos passos.

Além disso, informou que o Projeto foi prorrogado até junho de 2018.

Atualização dos Trabalhos para Elaboração do Inventário Nacional de Emissões e Liberações de Mercúrio na Mineração Artesanal de Ouro e em Pequena Escala (MAPE)

A Sra. Zuleica Castilhos, representante do CETEM, informou que o Ministério do Meio Ambiente celebrou com o CETEM um acordo para elaboração do inventário nacional de emissões e liberações de mercúrio no âmbito da Mineração Artesanal de Ouro e em Pequena Escala (MAPE), no âmbito do Projeto MIA. Assim, a Sra. Zuleica descreveu as atividades do trabalho, alguns desafios e metodologias do trabalho.

A Sra. Sandra Hacon compartilhou algumas experiências com o garimpo de balsa. Indicou que, nas balsas em que ela esteve, alguns garimpeiros usavam retortas e algumas mulheres usavam máscara, mas sem muitos cuidados com relação a substituição periódica dos EPIs.

A Sra. Letícia Carvalho indicou que acredita que a abordagem para o MAPE é formalizar a atividade e não banir. Citou os artigos da Convenção que tratam do assunto.

Apresentação do Estudo “Avaliação Inicial das Informações Disponíveis sobre Mercúrio para Auxiliar na Elaboração do Inventário Nacional de Emissões”.

Dentre as atividades do Projeto MIA, foi realizada a contratação de consultoria para realizar uma avaliação iniciais das informações disponíveis para auxiliar na elaboração do inventário de emissões e liberações de mercúrio, a ser desenvolvido em etapa posterior.

A consultora contratada, Dra. Ana Cláudia Vasconcellos, descreveu brevemente a estrutura e metodologia de trabalho. Ressaltou o objetivo de atender aos requisitos do Toolkit. Apresentou os principais dados encontrados e lacuna de informações por Artigo da Convenção.

A equipe do MMA agradeceu a Consultora e ressaltou as dificuldades administrativas. Desculpou-se em nome do Ministério e do PNUMA. Destacaram ainda que as lacunas de informações se dão pela falta de mandatos e falta de obrigações legais.

A Sra. Ana Linhares, do IBAMA, indicou que o panorama do mercúrio é muito fragmentado – existindo muitos atores responsáveis pelo tema. Pontuou que o Aliceweb (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet) permite ter uma visão geral sobre a importação e exportação do mercúrio, produtos e compostos. No entanto, os instrumentos de controle de comércio não são adequados e devem ser aprimorados.

A Sra. Thais Araújo Cavendish, representante do Ministério da Saúde, indicou como ponto de ajuste no documento apresentado o fato de que no SISOLO, as áreas que lá constam são áreas que são suspeitas de contaminação, não há necessariamente comprovação. No entanto, do ponto de vista do MS, são áreas que independentemente da comprovação, uma vez que tais áreas já demandam ações por parte do governo.

A Sra. Maria Cristina Poli, da CETESB, indicou que sentiu falta da consulta aos órgãos ambientais estaduais. Deu exemplo das unidades ativas de cimento que constam no documento e não estão corretas. Sugere que o documento seja repassado aos órgãos ambientais para receber feedback. Mencionou também a existência do levantamento de áreas contaminadas e destinação de resíduos.

O Sr. Martin Afonso Penna, representante da ABICLOR, contribuiu indicando que os volumes de importação do mercúrio pelo setor são reportados ao IBAMA. Com relação às capacidades instaladas das plantas que utilizam tecnologia à base de mercúrio, ele confirma que os valores estão corretos. Propõe que o GT faça contribuições ao texto. Com relação à estocagem, ele acredita que o artigo 10 já dá informações de estocagem interina. E há soluções diferentes daquelas apresentadas no texto.

A Sra. Zuleica Nyck, da FBOMS, mencionou que sentiu falta da ideia de fontes de dados que podem dar trabalho, mas são factíveis. Por exemplo EIA/RIMAS de cimenteiras e usinas a carvão. Todos as fontes listadas no anexo D. Pediu alinhamento dos termos da Convenção traduzida para o português. Indicou que há um documento do Uruguai que trata extensivamente do estoque interino. Mencionou o trabalho do Zero Mercury sobre análise dos entornos das fábricas de cloro alcali. Pediu indicação de como ela poderá encaminhar as considerações. Questionou a afirmação de que os Estados Unidos foi o maior exportador, não está alinhado com outros relatórios. Hoje esse mercúrio viria do México, Japão, Singapura e Índia. Sugere a busca por outras fontes de dados.

A Sra. Leticia esclareceu que este trabalho foi desenvolvido em um curto espaço de tempo e que se optou por realizar o trabalho apenas com as informações que hoje são facilmente acessadas. Informou que ao longo da elaboração do inventário de emissões e liberações serão feitas consultas a diferentes parceiros. Assim, a ideia do trabalho era ter um entendimento inicial de quais informações estavam prontamente disponíveis.

O Prof. Carlos José Passos, da UnB, parabenizou a consultora pelo trabalho e ressaltou saber da dificuldade de levantamento de dados disponíveis. Indicou somente sua preocupação com relação às áreas contaminadas.

Por fim, o Prof. Assunção, da USP, também parabenizou o trabalho. Indicou que seria interessante fazer a revisão do item que trata de estocagem interina com base nas discussões ocorridas no GT. Sobre as áreas contaminadas, sugeriu que os órgãos ambientais sejam consultados. Comentou que a metodologia do Toolkit indica fontes pontuais (como indústrias de cloro e cimento), mas que há outras informações que são passíveis de estimativas.

A Sra. Leticia Carvalho esclareceu, por fim, que o trabalho da consultora Ana Vasconcellos não é uma atualização do Diagnóstico de Mercúrio, produzido anteriormente e disponível no site do Ministério, e indicou que o produto final será entregue até o dia 30 de setembro de 2017, com a incorporação das sugestões pertinentes vindas do GT Mercúrio.

Após, foram encerrados os trabalhos do primeiro dia.

Segundo dia, 09 de agosto de 2017

Atualização dos Trabalhos para Elaboração do Inventário Nacional de Emissões e Liberações de Mercúrio

O Prof. Dr. Assunção, representante da USP, iniciou sua apresentação informando que o Ministério do Meio Ambiente celebrou com a Faculdade de Saúde Pública da USP um acordo para elaboração do inventário nacional de emissões e liberações de mercúrio, no âmbito do Projeto MIA.0

Após, foi comentado que o inventário irá cobrir os Artigos 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11 e 12 da Convenção. Lembrou que o toolkit abrange o ciclo de vida do Mercúrio. Explicou que a metodologia prevê duas abordagens: fontes pontuais (PS) e cenário geral (OW) e ressaltou ainda que o ponto chave deste trabalho seria o levantamento dos dados de entrada necessários para o toolkit. Outra demanda seria o cálculo do consumo interno de mercúrio que consiste no balanço entre importações, produções e exportações. Concluiu informando que o prazo inicial para conclusão do trabalho é de 10 meses.

A Sra. Letícia Carvalho destacou que um dos pontos importantes é a discussão sobre quais pontos serão abordados no artigo 9, pois não há um anexo definindo quais fontes precisam ser contempladas. É preciso definir nacionalmente quais são as fontes relevantes. O MMA espera discutir as indicações de relevância em conjunto com o GT. Esclareceu que o inventário será feito com o toolkit no Nível 2, mais detalhado. Será ainda necessário definir o ano base/de referência das emissões.

Destacou que a intenção do MMA, ainda que não seja uma obrigação perante a CM, é produzir, após o término do Projeto MIA, planos de implementação para os artigos 8 e 9 da CM.

A Sra. Dione Macedo, representante do MME, comentou que no Projeto META eles estão trabalhando com uma consultoria alemã/ inglesa e também com grupo dentro da própria USP. Ressalta a dificuldade em definir um ano base para a área de mineração.

O Prof. Dr. Assunção ressaltou ainda a importância da definição de ano base, destacando que é preciso escolher um ano em que haja dados disponíveis e já tratados, e ainda considerar quais são as características desse ano, p. ex. se foi um ano de recessão etc.

A Sra. Letícia Carvalho mencionou as dificuldades e lições aprendidas com a elaboração do inventário de dioxinas e furanos.

A Sra. Patrícia Dias, representante da FUNDACENTRO, comentou da sua experiência com muitas universidades referente à ausência de boas práticas para gerir mercúrio no ambiente universitário.

A Sra. Letícia Carvalho esclareceu que este é um tema que é tratado na CONASQ, no GT Educação em Segurança Química. Não conseguiram, no entanto, envolver o MEC até o momento.

Discussões sobre a Apresentação do Estudo 2 “Avaliação Inicial das Informações Disponíveis sobre Mercúrio para Auxiliar na Elaboração do Inventário Nacional de Emissões”

A Consultora, Sra. Ana Vasconcellos, retomou a fala do dia anterior.

Sobre a análise crítica do documento, a Sra. Zuleica Nycks, representante da FBOMS, mencionou que haveriam outras fontes de dados e que gostaria que as ONGs e pontos focais tivessem sido consultados.

A Coordenadora Letícia Carvalho novamente ressaltou que por opção do MMA a consultora Ana Vasconcellos utilizou somente dados fornecidos publicamente e que para a elaboração do inventário nacional será feito o contato com outras instituições. Indicou que o produto será concluído até o dia 30 de setembro. A consultora Ana Vasconcellos retomou a questão das áreas

contaminadas e pediu ao Ministério da Saúde acesso aos dados mais atuais no SISOLO e comentou sobre os dados apresentados das cimenteiras.

Apresentação do Estudo “Avaliação dos Marcos Regulatórios Nacionais afetos à Convenção de Minamata”

Dentre as atividades do Projeto MIA, foi realizada a contratação de consultoria para realizar a “Avaliação dos Marcos Regulatórios Nacionais afetos à Convenção de Minamata”. Nesse sentido, a empresa vencedora da licitação foi o Instituto Avaliação.

O objetivo deste produto foi analisar o marco regulatório nacional sobre Mercúrio a fim de facilitar o processo de ratificação, implementação e assimilação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil. Baseando-se no texto da Convenção, foram realizadas análises de adequação, suficiência e lacunas normativas para o cumprimento dos dispositivos do tratado.

Os consultores do Instituto Avaliação, Sr. João Bosco, Sr. Hassan Sohn e Sr. Otavio Maioli, apresentaram as linhas gerais do relatório.

O Prof. Dr. Carlos José Passos, representante da UnB, elogiou a metodologia seguida. Ressaltou que nem tudo é norma e que há muitas nuances quando trata-se da saúde humana e impactos ambientais.

A Sra. Thais Araújo Cavendish, representante do Ministério da Saúde, ressaltou que o trabalho é fundamental para os órgãos do governo entenderem o tamanho do Brasil. É importante esse olhar global. Destacou que é preciso dispor de estrutura e recursos humanos para executar aquilo que não precisa de norma. Comentou sobre a Normativa citada pelo Instituto Avaliação MS/SVS n 001 de 2005. Destacou que há muitas descrições dos casos de intoxicação nos estados de São Paulo e Paraná. Nenhum no Pará, no Amazonas ou Mato Grosso, estados em que se sabe que há uso de mercúrio na mineração artesanal. Pediu inclusão do Instituto Evandro Chagas na lista de Instituições do documento.

A Sra. Letícia Carvalho comentou que muitos mandatos já estão definidos, mas é preciso ações administrativas por parte das instituições envolvidas com a gestão de mercúrio.

Na sequência a Sra. Zuleica Nyck, representante da FBOMS, perguntou à ANVISA a motivação do banimento do termômetro para 2019. Questionou por que não há um programa de recolhimento dos termômetros. Comentou que parte do mercúrio oriundo do descomissionamento da empresa Solvay, ocorrido anos atrás, foi exportado para a Argentina e parte para a Mina de Almaden, na Espanha.

O Sr. Martin Afonso Penna, representante da ABICLOR, citou o Artigo 3, parágrafo 5b da CM, quando se identifica excesso ou excedente de mercúrio. Comentou que o Texto final foi negociado com a Associação Mundial de Cloro e foi revista pela área jurídica da convenção. Colocou que entende que enquanto houver demanda de mercúrio dentro do setor de cloro -álcali, até o momento do descomissionamento eles poderiam comercializar o mercúrio. Colocou ainda que a conversão de tecnologia feita pela Solvay foi voluntária, não sendo imposta por nenhum órgão e que o mercúrio foi exportado para a Espanha.

Sobre o relatório, a Sra. Lady Menezes, representante da CETESB, pediu alguns melhoramentos como colocar em tabelas algumas resoluções faltantes, particularmente as do Estado de São Paulo. Em aspectos institucionais, sentiu falta de citar as atribuições dos OEMAS, pois são eles que fazem as análises laboratoriais, monitoramento etc., sendo atores importantes para a implementação da CM. A Sra. Maria Cristina Poli, da CETESB, comentou ainda que algumas resoluções do CONAMA estão com pedidos de revisão. Questionou como o CONAMA vai trabalhar frente a ratificação da CM.

A Sra. Letícia Carvalho, do MMA, comentou sobre o questionamento da Sra. Maria Cristina Poli (CETESB) salientando será necessário um trabalho de revisão de Resoluções afetas ao tema.

O Prof. Dr. Assunção, representante da USP, sugeriu revisão da parte que trata de emissões, citando que a norma da União Europeia (UE) é muito geral e a medição de mercúrio deve ser analisada de maneira diferenciada.

O Sr. Hassan Sohn, integrante da equipe de consultores do Instituto Avaliação, comentou que monitoramento é o segredo para fazer funcionar a segurança química no país. É a ferramenta mais importante, e a menos utilizada no Brasil. O monitoramento de saúde é importante, mas é paliativo, pois identifica com atraso onde erramos. Respondeu ao questionamento da Sra. Zuleica Nycs (FBOMS), falando que o Conselho Nacional de Saúde não foi mencionado no relatório, pois não será a primeira instituição a ser demandada nesse primeiro momento.

O Sr. Otavio Maioli, também integrante da equipe de consultores do Instituto Avaliação, acrescentou que a questão do BAT/BEP para emissões foi feita de acordo com a CM, parágrafo 4 do artigo 8, conforme comentado pela Sra. Leticia.

Após a apresentação do estudo, a reunião foi encerrada.

Encaminhamentos:

- Contribuições/sugestões para melhoramento dos produtos discutidos na reunião devem ser enviadas até dia 23 de agosto de 2017, de forma objetiva. Melhoramentos de cunho editorial serão feitos internamente pela Equipe MIA/MMA.
- Próxima reunião (15ª Reunião GT-Mercúrio): inicialmente prevista para os dias 24 e 25 de outubro de 2017. No entanto, a mesma poderá ser alterada tendo em vista o andamento dos trabalhos em execução no âmbito do Projeto MIA.
- Treinamento do Toolkit. A ser realizado em Brasília com Equipe da USP. Inicialmente previsto para ser realizado no dia 26 de outubro de 2017 após a 15ª reunião do GT Mercúrio. No entanto, o mesmo poderá ser alterado tendo em vista o andamento dos trabalhos em execução no âmbito do Projeto MIA.

ANEXO I**Lista de presença****Dias 08 e 09 de agosto de 2017**

	Instituição	Presente	E-mail
1	ABICLOR	ALEXANDRE DE CASTRO	alexandre.decastro@braskem.com
2	ABICLOR	GILBERTO MARRONATO	marronato@uol.com.br
3	ABICLOR	MARTIN AFONSO PENNA	mpenna@abiclor.com.br
4	ABIMO	MARCIO BOSIO	marcio@abimo.org.br
5	ANVISA	DANIELA MATOS E CAMPOS DO AMARAL	daniela.amaral@anvisa.gov.br
6	CETEM	ZULEICA CASTILHOS	zcastilhos@cetem.gov.br
7	CETESB	LADY VIRGÍNIA TRALDI MENEZES	lmeneses@sp.gov.br
8	CETESB	MARIA CRISTINA POLI	mcpoli@sp.gov.br
9	CFO	ALBERTO MOREIRA	albertofmoreira10@gmail.com
10	CONSULTOR/A	ANA CLAUDIA SANTIAGO DE VASCONCELLOS	anauff@gmail.com
11	CUT	ITAMAR JOSÉ RODRIGUES SANCHES	itasanches@gmail.com
12	FBOMS / APROMAC	ZULEICA NYCZ	zuleica.nycz@gmail.com
13	FBOMS / APROMAC / INSTITUTO AVALIAÇÃO	HASSAN SOHN	hassan.sohn@gmail.com
14	FIOCRUZ	ANDRE FENNER	andre.fenner@fiocruz.br
15	FIOCRUZ	SANDRA DE SOUSA HACON	sandrahaccon@gmail.com
16	FUNDACENTRO	PATRÍCIA DIAS	patricia.dias@fundacentro.gov.br
17	IBAMA	ANA CRISTINA SOARES LINHARES	ana.linhares@ibama.gov.br
18	IBAMA	ELLEN POZZEBOM	ellen.pozzebom@ibama.gov.br
19	IEPE	DECIO YOKOTA	decio@institutoiepe.org.br
20	INSTITUTO AVALIAÇÃO	JOÃO BOSCO DIAS	boscodiasster@gmail.com
21	INSTITUTO AVALIAÇÃO	OTAVIO MAIOLI	otaviomaioli@hotmail.com
22	INSTITUTO BALEIA JUBARTE	MARCIA ENGEL	marcia.engel@baleiajubarte.org.br
23	MCTIC	CARLOS ROBERTO DA SILVA	carlos.silva@mctic.gov.br
24	MDIC	DEMÉTRIO LORENTINO DE TOLEDO FILHO	demetrio.filho@mdic.gov.br

25	MMA	CAMILA BOECHAT	camila.boechat@mma.gov.br
26	MMA	DIEGO HENRIQUE COSTA PEREIRA	diego.pereira@mma.gov.br
27	MMA	INEZ VAROTO CORRÊA	inez.correa@mma.gov.br
28	MMA	LETÍCIA REIS DE CARVALHO	leticia.carvalho@mma.gov.br
29	MMA	LUIZ GUSTAVO MANDALHO	luizgustavo.mandalho@mma.gov.br
30	MMA	ZILDA MARIA FARIA VELOSO	
31	MMA / ASIN	VERÔNICA TAVARES	veronica.tavares@mma.gov.br
32	MME	DIONE MACEDO	dione.macedo@mme.gov.br
33	MRE	PEDRO TIÊ CÂNDIDO SOUZA	pedro.tie@itamaraty.gov.br
34	MS	FLAVIA FERREIRA	flavia.ferreira@saude.gov.br
35	MS	JORGE SAYDE	jorge.sayde@saude.gov.br
36	MS	THAÍS ARAÚJO CAVENDISH	thais.cavendish@saude.gov.br
37	MT	CIBELE DUTRA DE FRANÇA	cibele.franca@transportes.gov.br
38	OPAS/OMS	MARA OLIVEIRA	oliveirmar2@paho.org
39	PNUMA/MMA	ELISA BADZIACK	ebadziack.mma@gmail.com
40	PNUMA/MMA	GABRIEL FRANCISCO SILVA	silva.gabriel.mma@gmail.com
41	UnB	CARLOS JOSÉ SOUZA PASSOS	cjpassos@unb.br
42	USP	JOÃO VICENTE DE ASSUNÇÃO	jianya@usp.br
43	USP	LARISSA CICCOTTI	larissa.ciccotti@usp.br
44	WWF	MICHEL SANTOS	msantos@wwf.org.br
45	WWF	FREDERICO BRANDÃO	fredericobrandao@wwf.org.br